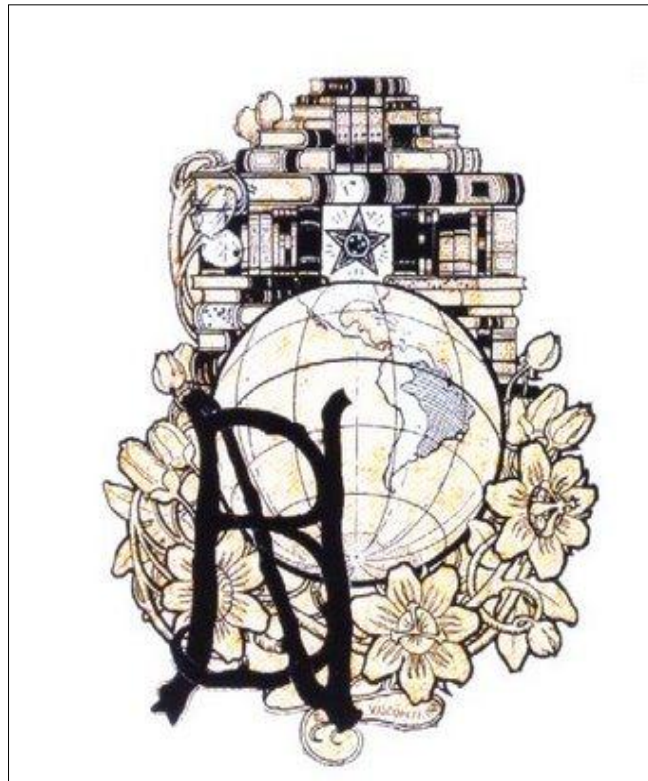


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

2014

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



Luciana Pucu Wollmann

**No fio da navalha: trabalhadores, política e opinião nas páginas do *Diário do Povo*,
de José de Mattos (1949-1959)**

2014

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar como o *Diário do Povo* – jornal criado pelo barbeiro José de Mattos na cidade de Niterói nos anos 1940 – se conformou como um importante interlocutor entre a classe trabalhadora fluminense e as lideranças políticas que atuavam no antigo Estado do Rio de Janeiro – especificamente na cidade de Niterói, entre os anos de 1949 e 1959. Este momento, marcado por forte atividade sindical e disputas eleitorais acirradas, corresponde também ao período dos números remanescentes deste periódico, mantidos sobre guarda da Biblioteca Nacional. Optando por um jornalismo marcadamente “de opinião”, em um momento em que a imprensa brasileira buscava uma suposta imparcialidade, o *Diário do Povo* se conformou como um *ator político* importante no cenário político fluminense.

Palavras-chave: *Diário do Povo*; trabalhadores; política; jornalismo de opinião.

Introdução

Niterói, 3 de dezembro de 1945, nove horas da manhã. Na esquina da Rua da Conceição no centro da cidade, José de Mattos caminhava a passos firmes buscando recobrar a coragem que o trouxera até ali. Acompanhado dos seus dois irmãos, Armindo e Antônio e do amigo José Barbosa da Silva, o grupo tinha um objetivo: retomar a direção do jornal *Diário da Manhã*, nem que para isso fosse necessário usar a força.

Chegando as dependências do jornal, Mattos e sua comitiva encontraram apenas o contínuo, que cuidava dos afazeres da faxina. Anunciando que aquele jornal pertencia legitimamente a José de Mattos, o grupo então, declarou a retomada de posse do matutino, só desistindo da empreitada com a chegada da polícia.

Fundado por José de Mattos em 1936, o *Diário da Manhã* foi fechado pelo DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda) em 1941 após publicar reportagens críticas ao interventor do estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto. Vendido ao Secretário de Justiça e Segurança Pública do estado Eugênio Sodré Borges por 600 mil cruzeiros, o jornal começou a divulgar notícias sobre as realizações do governo, passando de um jornal opositor a uma espécie de órgão oficial da interventoria.

Na delegacia, onde já estivera presente por diversas vezes para prestar esclarecimentos sobre as matérias publicadas em seu jornal, José de Mattos alegou que teria vendido o seu diário sobre coação. De fato, um levantamento minucioso dos bens do jornalista realizado pela polícia política em 1940 e a maneira pela qual o jornal foi

fechado e logo depois vendido para um dos homens de confiança do interventor, revelam fortes indícios de que tal situação provavelmente ocorrera¹.

Argumentando que a condição do *Diário da Manhã* era idêntica a de outros periódicos que haviam sofrido intervenção durante o Estado Novo (1937-1945) e que depois foram devolvidos aos seus proprietários, José de Mattos reivindicava a retomada imediata do seu diário. Porém, o invés de dar ouvidos ao jornalista o delegado deu-lhe voz de prisão. Preso e processado, Mattos passou alguns dias no cárcere – na *Bastilha*, como ele chamava. Abatido, mas não derrotado, o jornalista sai da prisão com o gosto amargo da injustiça e um único sonho: fundar um novo jornal.

Nascido em 1900 no bairro operário do Barreto em Niterói, José de Mattos iniciou a sua carreira jornalística em sua própria barbearia, situada no bairro onde nasceu. Ponto de encontro de operários, jogadores de futebol e políticos locais, a barbearia logo se converteu em local de debate público quando Mattos começou a anexar notícias referentes a esportes, greves operárias, comícios e atividades políticas nos espelhos e vitrines de seu estabelecimento. Em 1918, fundou *O Grito* jornal de circulação local e de regularidade imprecisa que divulgava os assuntos relacionados ao bairro e devassava a vida dos casais apaixonados. Em 1922, com o auxílio do banqueiro do jogo do bicho Raul Careca e dos comerciantes Higino Lopes e Célio Costa, o seu jornal se expande e ganha um novo nome: *O Quinto Distrito*, um semanário que aos poucos, foi se popularizando na cidade².

Logo nos primeiros anos de sua atividade jornalística, Mattos viu-se envolvido nas malhas na justiça. Entre os processos listados junto a sua ficha registrada no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), localizamos queixas crime de pessoas que se sentiam lesadas com a publicação de seus nomes no jornal e processos judiciais por infrações à Lei de Imprensa. Em 1938, quando já angariava certa notoriedade à frente da direção do *Diário da Manhã*, José de Mattos foi condenado a três meses de prisão após se recusar a pagar uma indenização de três contos de réis. Segundo o ex-deputado pelo PSD e seu amigo íntimo, Brígido Tinoco, o jornalista “em atitude romanesca”³ distribuiu o valor da indenização entre os populares que se encontrava nas ruas.

¹ APERJ. 3/12/1945. Divisão de Ordem Política e Social (DOPS). Setor: Prontuários; nº 163

² Informações extraídas de: TINOCO, Brígido. *O Boi e o Padre*. Memórias. Brasília: Gráfica do Senado, 1990. p. 76-79 e SOARES, Emmanuel de Macedo. *As ruas contam os seus nomes. Vol. I*. Niterói: Niterói Livros, 1993. p.169-170; 174-175.

³ TINOCO, Brígido. *O Boi e o Padre. Op. cit.*. p. 78.

Alvo da fúria amaralista, José de Mattos foi preso pela segunda vez após o fechamento do *Diário da Manhã*, em 1941. O período de quase um ano em uma “(...) cela escura, húmida e estreita”⁴ somada à dor pela morte do seu pai enquanto se encontrava no cárcere e as complicações de saúde por conta de uma dilatação na aorta, tenham talvez feito o jornalista pensar em não afiar mais os dedos para escrever denúncias contra políticos graúdos, mas a sua navalha para retomar o seu antigo ofício de barbeiro.

Porém, em 1947, com o auxílio do então governador do estado do Rio Edmundo de Macedo Soares, do político pessedista Miguel Couto Filho e particularmente da primeira-dama Carmela Dutra, a “Dona Santinha”, José de Mattos conseguiu reabrir o seu novo jornal sobre denominação de *Diário do Povo*.

Contando com oito páginas de colunas infrequentes, diagramação irregular e textos que mesclavam um vocabulário de fácil compreensão com termos poucos usuais, tais como “altaneiro”, “sumítica”, “inditoso”, “chuá”, o *Diário do Povo* foi conquistando um público cativo. Segundo Carlos Alberto Mattos, a tiragem do periódico chegou a ser a maior do Estado: 7.000 exemplares em 1957 e no ano seguinte, após adquirir duas máquinas *Rotoplan*, este número subiu para 9.000⁵.

Proclamando-se sempre em favor das classes proletárias e com frequência, dirigindo-se diretamente a elas, o *Diário do Povo* possuía fortes similaridades com a imprensa que se convencionou chamar de “popular” nos anos 1950. Manchetes de impacto, por vezes com teor sensacionalista, dividiam espaço com notícias de greves operárias, da alta de preços dos gêneros alimentícios, de crimes passionais e denúncias de descuido da administração pública, sobretudo em bairros populares. Um pequeno espaço era dedicado às notícias da ALERJ e da Câmara Municipal de Niterói e uma página inteira era reservada aos campeonatos de futebol profissional e amador do estado.

Crítico tenaz de Amaral Peixoto e aliado político de Macedo Soares, José de Mattos às vezes fazia do seu periódico um palanque político para os seus apoiadores e, não raro, um lugar de críticas para os seus opositores. Porém, ainda que identifiquemos semelhanças entre o *Diário do Povo* e outros jornais que eram reconhecidamente “porta-vozes” de determinada causa política e/ou liderança partidária, tais como: *O Dia*,

⁴ *Diário do Povo*. Niterói: 29 jan. 1949. p. 1.

⁵ MATTOS, Carlos Alberto. *Walter Lima Junior: Viver Cinema*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 39.

*Luta Democrática e a Última Hora*⁶, seria insuficiente concebê-lo apenas como defensor único e exclusivo de determinada corrente política. Afinal de contas, apesar do apoio decisivo dos pessedistas – dutristas, macedistas e também amaralistas – para a criação e sobrevivência do jornal, o *Diário do Povo* contava com inúmeros colaboradores, entre eles um delegado da polícia política, políticos de diferentes partidos e uma equipe de reportagem que era frequentemente alvo de investigações do DOPS por manter ligações com Partido Comunista do Brasil (PCB)⁷.

Por mais que a heterogeneidade de opiniões presentes em um jornal não deva escapar à análise do pesquisador que pretende fazer da imprensa o seu objeto e/ ou fonte de investigação, a multiplicidade discursiva existente nas colunas e artigos do *Diário do Povo*, configuram, sem dúvida, elementos essenciais para a análise deste periódico. Seja por sobrevivência, ocasião, oportunidade ou convicção, o jornal abria espaço para diferentes opiniões, ainda que não fosse propriamente esta a sua intenção original. As diferentes vozes que encontravam lugar nas páginas do *Diário do Povo*, por seu turno, não lhe extraíam a identidade. Política, trabalhadores e as demandas do “povo” ditavam-lhe o conteúdo. Os editoriais, na maior parte das vezes escritos por José de Mattos, buscavam esclarecer os leitores logo na primeira página: ali era a *casa do povo*.

Esta categoria polissêmica e ao mesmo tempo estranhamente verossímil - “povo” – está frequentemente sujeita a inúmeras interpretações. Entre os anos 1940 e 1960 – período de existência do jornal, “o povo” ganhou protagonismo no discurso de lideranças políticas, animadas pelas possibilidades eleitorais durante o chamado “intervalo democrático” (1945-1964), mas não apenas por isso. Gestado no vocabulário político por algumas décadas, “o povo” – comumente associado à categoria de “trabalhador” desde pelo menos o advento da Primeira República⁸, ganhava cada vez mais centralidade na cena política brasileira. Dignificado pelo trabalho que desempenhava em prol do desenvolvimento econômico do país, injustiçado por sua

⁶ Para uma breve, mas profunda análise sobre estes jornais, ver: SIQUEIRA, Carla. Sensacionalismo e retórica política em *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática*. In: NEVES, Lucia P., Marco Morel, Tânia Ferreira (org.) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p.414-424.

⁷ Em relatório apresentado ao então interventor Amaral Peixoto, o delegado da polícia política Ramos de Freitas procurou defender-se das acusações de que estaria “beneficiando” José de Mattos ao fazer “vista grossa” às recorrentes acusações de “subversão” feitas contra o jornalista. Em sua defesa, Ramos de Freitas afirmou realizar sistematicamente “(...) prisões seguidas de seus redatores e empregados”. Cf. CPDOC/ FGV. Arquivo EAP int 1939.11.23. *Documentos de órgãos de segurança (estadual, federal e militar) contendo informações sobre suas atividades*. Data de produção: 23/11/1939 a 03/07/1945. Em 1949, o mesmo Ramos de Freitas aparece como um dos colaboradores do *Diário do Povo*.

⁸GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 35-43.

eterna condição social marginal, e ainda, suscetível à influência de “ideologias estranhas”, o trabalhador brasileiro ganhou papel principal no teatro de representações simbólicas emitidas a partir da categoria “povo”. A imprensa, por sua vez, figurou como um *ator político* importante neste debate. O *Diário do Povo*, que como já mencionado se tornou um dos principais periódicos fluminenses entre os anos 1940 e 1960, interviu significativamente nesta discussão, influenciando, sobretudo, nos debates políticos do antigo estado do Rio de Janeiro.

Este artigo tem como objetivo traçar algumas características deste jornal, principalmente no que diz respeito à forma com que ele abordou e discutiu os assuntos relacionados à classe trabalhadora na capital fluminense⁹. Para isso, apresentaremos primeiramente alguns elementos do jornal resultante de um levantamento de 12 meses de pesquisa¹⁰, para posteriormente, analisar alguns debates feitos pelo periódico em determinados momentos chave da história dos trabalhadores da cidade entre os anos de 1949 e 1959.

O *Diário do Povo*, de José de Mattos

“Órgão independente a serviço da comunidade”. Assim se apresentava o *Diário do Povo* aos seus leitores, quando começou a circular em fins dos anos 1940. Tendo José de Mattos à frente da direção do jornal, José Barbosa da Silva como gerente e Capitulino Santos Júnior como chefe da redação, o jornal chegava às bancas da cidade de Niterói em 1º de maio de 1947¹¹. A data de lançamento, certamente, não escolhida à revelia. Declarando-se um matutino voltado para os interesses do proletariado fluminense, o *Diário do Povo* buscava através das suas manchetes, colunas e reportagens, dar visibilidade às demandas daqueles que considerava o seu interlocutor privilegiado, ou seja, os trabalhadores.

⁹ Até o ano de 1975, a cidade de Niterói foi capital do Estado do Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, era a capital federal e assim permaneceu até a sua transferência para Brasília, em 1960. Com a criação do estado da Guanabara neste mesmo ano, a cidade do Rio permaneceu separada do restante do estado até 1975, quando foi novamente incorporada ao estado fluminense, tornando-se a sua capital.

¹⁰ A referente pesquisa foi realizada na seção de Periódicos da Biblioteca Nacional (BN) e teve início no dia 27 de setembro de 2014, quando a bolsa do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP)/ BN referente ao anos de 2014/2015 passou a vigorar.

¹¹ Em 1951, o jornal passou apenas a exibir Dalton F. Pinto como secretário do jornal e José de Mattos como diretor. De 1952 a 1959 apenas o nome de José de Mattos aparecia junto ao título do periódico.

A escolha da cidade de Niterói para sediar o seu jornal, também não foi dada ao acaso. Como cidadão niteroiense, José de Mattos possuía certo bairrismo provinciano que tanto orgulha e ao mesmo tempo enrubesce os nascidos na cidade. Mas este certamente, não foi o único motivo. Além de ser capital fluminense, e por isso sede do governo estadual e da Assembleia Legislativa, era em Niterói que se localizavam os diretórios estaduais dos partidos políticos, as federações de trabalhadores do estado e sindicatos de classe de diferentes categorias. A população da cidade, por sua vez, vinha crescendo consideravelmente. Entre os anos 1920 e 1940, por exemplo, a população residente na capital fluminense quase duplicou, saltando de 86.238 para 142.407 habitantes¹².

Este incremento populacional se justifica pela oferta de trabalho no comércio, no setor de serviços e na indústria. A ocupação fabril remonta fins do século XIX, quando suas chácaras e engenhos começaram a dar lugar a estabelecimentos fabris (fábricas têxteis, de vidro, bebida, sabão, fósforos, metalurgias, etc.) e a sua orla guanabarina começou a receber os primeiros estaleiros. Atraídos pelas ofertas de emprego, muitos lavradores do interior fluminense migraram para a capital, motivados também pelo desenvolvimento de certa infraestrutura urbana que a cidade começava a desenvolver. Além destes, mineiros, nordestinos e imigrantes de diferentes nacionalidades também contribuíram para o progressivo incremento da população urbana em Niterói. Dados referentes ao ano de 1953, apontam a existência de 191 indústrias na cidade e uma população operária de 11.028 pessoas¹³.

Contando com grande contingente operário, Niterói se tornou um dos mais importantes locais para a militância sindical e partidária no estado. Atento a este crescimento, José de Mattos que se considerava um “operário da imprensa”, foi tornando o seu jornal cada vez mais voltado para este público leitor¹⁴. Em 1957, quando

¹² IBGE. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n° 4, 1951. P. 177-78

¹³ GEIGER, Pedro Pinchas. Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara. *Anuário Geográfico do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n° 9, 1956, p. 498. Segundo o censo de 1950, a população masculina empregada na indústria de transformação e residente da cidade era de 12.679 e feminina 1.539. Cf. IBGE. *Censo Demográfico de 1950*. Rio de Janeiro, 1951. P. 34.

¹⁴ Entre os anos 1940 e 1960, a taxa de analfabetismo no Brasil era alta. Em 1930, 56,17% dos brasileiros com idade igual ou superior a 15 anos não sabiam ler nem escrever. Em 1960, este número decresceu 39,35 nesta mesma faixa populacional, registrando ainda altos índices de analfabetismo. Fonte: CPDOC/FGV. Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950. Dossiê JK. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>. Por outro lado, é preciso chamar a atenção para o papel das vozes nas ruas, das manifestações públicas, da leitura coletiva nas bancas de jornal, para as diversas formas de sociabilidade que, para além das discussões parlamentares e da

as pautas dos trabalhadores fluminenses pareciam permear praticamente todo o jornal, o *Diário do Povo* passou a se autointitular “o matutino mais vendido do estado do Rio”.



Fig. 1 Logotipo do jornal *Diário do Povo*. BN. Setor de Periódicos

De acordo com Brígido Tinoco¹⁵, o *Diário do Povo* existiu de 1947 a 1966, mas no Setor de Periódicos da Biblioteca Nacional só encontramos exemplares referentes aos anos de 1949 a 1959. O jornal saía de terça-feira a domingo, possuía circulação estadual e contou com 8 páginas na maior parte das suas edições¹⁶. As colunas publicadas no jornal – a maior parte delas sem qualquer regularidade - abordavam assuntos variados, sendo que 11 delas¹⁷ estavam exclusivamente voltadas para o cotidiano e reivindicações dos trabalhadores, conforme demonstramos na tabela localizada na página seguinte.

Em colunas como *Queixas do Povo* e o *Povo Grita*, o jornalista arvorava-se em favor das “gerações e gerações de criaturas humanas” que trabalhavam “do nascer ao morrer do sol” e denunciava os “tubarões que assaltam a bolsa do povo”. Escandalizava-se com os “atropelamentos a granel”, com as “filhas de Eva” e as “fazedoras de anjos”. Em colunas como *Resenha Sindical* e *Plantão Sindical* o jornal trazia um registro diário das atividades do “proletariado da capital do Estado quiçá de toda terra fluminense”, divulgando greves e as atividades sindicais dos trabalhadores.

Outras colunas tais como: *Comentários e Sugestões* e *Mundo Político*, buscava esboçar pontos de vista sobre assuntos variados, geralmente associados a aspectos políticos e sociais; em *Ineditoriais*, o jornal publicava denúncias anônimas (ou não) de

imprensa, interferiam no debate público.. Cf. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

¹⁵ TINOCO, Brígido. *O Boi e o Padre*. Memórias. Brasília: Gráfica do Senado, 1990. p. 78

¹⁶ No ano de 1949, encontramos algumas edições (em dias da semana alternados) com 6 páginas. Entre julho de 1955 e janeiro de 1956 o jornal passou a contar com 10 páginas.

¹⁷ Contabilizamos o número de colunas incluindo os novos nomes dados a colunas com o mesmo teor.

leitores. Durante o carnaval, uma página inteira era dedicada ao “prélio foliônico”, a “orgia de Momo” ou “alma sonora dos morros”. Esta e colunas como *Diário do Povo nos esportes* – que divulgava aspectos do futebol amador e profissional do estado, procuravam divulgar outros aspectos dos bairros pobres e favelas, como a sua vida recreativa e social e não apenas os seus problemas e carências.

Tabela 1: Colunas do jornal voltadas para os trabalhadores

COLUNA	DATA	OUTROS NOMES	CONTEÚDO
Queixas do Povo	1949-1959	Tribuna do Leitor (1950) Reclama o Leitor (1950) Fala o Povo (1953) O povo grita (1953)	Reclamações dos leitores obtidas por cartas ou por visita dos reclamantes na redação do jornal
Seção Trabalhista	1950-1953	Vida Trabalhista (1951) Coluna do trabalhador (1953)	Explicação de artigos presentes na Consolidação de Leis do Trabalho (CLT) e pareceres da Justiça do Trabalho no estado
Resenha Sindical	1950-1959 (interrupção da coluna entre 1951 e 1956)	Coluna sindical (1950) Plantão sindical (1957)	Notícias sobre greves, congressos sindicais, eleições e assembleias sindicais

*Tabela elaborada pela autora a partir de dados coletados durante a pesquisa

Para agradecer os seus correligionários, o jornal criou colunas como “Figuras Prestigiosas”, na qual traçava um perfil de algum político ou “homens de negócios” que integrava o ciclo de amigos de José de Mattos. Não nos foi possível saber se para publicar estas colunas o jornal recebia algum tipo de pagamento, tal qual ocorria com as matérias encomendadas que, com certa frequência, ocupavam uma ou duas páginas do jornal. Estas matérias eram vendidas para proprietários de indústrias e estabelecimentos comerciais, mas também para órgãos do poder público, sindicatos e institutos de aposentadoria e pensões. Esta prática de comercializar espaços dentro do jornal era justificada como forma de garantir a sobrevivência do periódico, já que o mesmo declarava não contar com o auxílio de “padrinhos” e nem com contribuições do erário público, conforme acusava o seu concorrente o jornal fluminense *O Estado* de receber¹⁸.

¹⁸ As acusações publicadas no jornal contra *O Estado* chegaram a influenciar a criação de um Inquérito Parlamentar na Assembleia Legislativa do estado do Rio para apurar o auxílio financeiro concedido pelo governador Amaral Peixoto ao referido jornal. *Diário do Povo*, 22/7/1953.

Os pequenos anúncios (principalmente de serviços, indústria e comércio local) também figuravam diariamente no jornal. Já a partir da segunda metade nos anos 1950, começamos a vislumbrar anúncios de grandes empresas, como os da loja Mesbla e da marca de refrigerante Coca Cola. Esta última, aliás, havia sido alvo de uma intensa campanha negativa feita pelo jornal, logo primeiros anos de sua existência. Durante várias semanas dos anos 1950, Mattos e seus redatores alertavam os seus leitores sobre os malefícios da Coca Cola, acompanhados de manchetes: “Criado o novo sucedâneo do formicida: Coca Cola”; “Antes de tomar Coca Cola, consulte um médico”; “Suicidou-se ao tomar Coca Cola”, “Coca-cola: o veneno engarrafado”, entre outras.



Fig. 2: Escola de Samba Sabiá. *Diário do Povo*, 28 de fevereiro de 1952.

Quanto aos colaboradores do jornal, eles variavam significativamente entre si. Ramos de Freitas que foi delegado do DOPS durante a interventoria de Amaral Peixoto (1937-1945), por exemplo, escreveu por um breve período artigos sobre a atuação da polícia e por um longo tempo uma coluna de esportes fazendo comentários futebolísticos. Ainda sobre colaboradores ligados à área de segurança pública, Wilson Madeira, que foi investigador da mesma delegacia, escreveu por um curto período de tempo para a coluna “Relações Públicas”, na qual fazia uma espécie de comentário internacional.

Apesar de demonstrar uma opinião conservadora com relação às mulheres, o jornal chegou a dar voz as causas do Movimento Feminino Fluminense (MFF), recebendo as suas representantes na redação do jornal e publicando textos sobre o Movimento Feminino pela Paz e o Movimento contra a carestia e a alta do custo de vida, no decorrer dos anos 1950. Em 1949, por ocasião da prisão do vereador comunista

Thomaz Gomes Martins (eleito pela legenda do Partido Libertador- PL), o jornal publicou um texto de Gilda Braga Linhares, militante comunista e uma das principais lideranças do MFF, denunciando as prisões arbitrárias praticadas pelo governo de Macedo Soares e outros textos desta mesma autora, como o sobre Rosa de Luxemburgo também no ano de 1949. Outras colaboradoras, como Milene e Helen mantiveram colunas mais frequentes no jornal. A primeira escreveu em colunas como “Os direitos da mulher casada”; já a segunda, uma colaboradora mais frequente, escrevia contos literários geralmente protagonizados por mulheres.

Nobel Gavazzoni e José Bernardo, dois próceres trabalhistas, mantiveram uma coluna sobre sindicalismo, política e trabalhismo durante grande parte dos anos 1950. Estas colunas tiveram um papel importante quando o jornal resolveu apoiar campanhas de lideranças trabalhistas, principalmente de Roberto Silveira para governador do estado, em 1958.



Fig. 3: Charge ironizando o panorama sucessório do governo estadual, por ocasião das eleições de 1954.
Diário do Povo, 1/6/1954

Heterogêneo, apesar de possuir uma identidade própria, o *Diário do Povo* não possuía uma versão monolítica dos fatos, apresentando em suas páginas uma grande diversidade de temas, colaboradores e opiniões. Declarando-se um defensor da “imprensa livre” e afirmando, sempre que possível, que não estava “preso a mercantilismos”, o jornal exibia opiniões conservadoras, progressistas, feministas, de caráter pedagógico, doutrinador, etc. Ainda que o auxílio recebido no passado por

nomes como Edmundo de Macedo Soares, Eurico Gaspar Dutra, o bicheiro Raul Careca, entre outros, nem sempre permitisse que o *Diário do Povo* utilizasse com os seus correligionários o mesmo *tom* que usava para tratar com os seus inimigos políticos, a multiplicidade de opiniões presentes em suas páginas, nos dão a impressão de que o jornal buscava, de fato, ser um espaço democrático e de livre opinião.

O jornal como ator político

Saiba o Cel. Feio e disso dê notícias os seus truculentos mantenedores da desordem pública que o sangue do Vereador Afonso Celso, vermelho e vivo no asfalto da cidade há de se adubar o movimento que alijará esses irresponsáveis dos postos-chaves da nossa política. Todos nós – o garoto que deixa a escola pública, a velhinha curvada ao peso das compras, o homem que volta do trabalho, o leitor dessas linhas – todos nós, tão fáceis de derrubar e matar pelos abutres da liberdade. (*Diário do Povo*, 8/8/1953).

“Revolta popular contra os excessos policiais”, gritava a manchete do jornal *Diário do Povo* em 8 de agosto de 1953. A reportagem fazia referência à violência policial dispensada contra os trabalhadores rodoviários em greve, bem como as arbitrariedades verificadas na prisão do vereador comunista Afonso Celso Nogueira Monteiro (eleito pela legenda do Partido Social Democrático – PSD), durante o movimento paredista deflagrado no dia anterior.

A detenção do vereador, efetuada em frente da redação do *Diário do Povo* e em presença de vários trabalhadores grevistas que foram procurar o jornal para denunciar a truculência da polícia, recebeu imediato protesto dos redatores do jornal. Domingos Braga, comentarista esportivo do *Diário do Povo*, foi agredido e ameaçado de morte pelas autoridades policiais. Dois dias depois os redatores do jornal, fizeram publicar uma carta-protesto denunciando as arbitrariedades policiais e os desmandos do então Secretário de Segurança Pública, Agenor Barcelos Feio e reafirmando a veracidade dos fatos que testemunharam e fizeram publicar.

No dia seguinte, a prisão de Afonso Celso já reverberava na Assembleia Legislativa do estado do Rio e no Senado. Na Câmara de Vereadores de Niterói, os vereadores entraram em assembleia permanente e hastearam a bandeira a meio mastro em sinal de protesto. Concedendo ampla cobertura ao fato, o *Diário do Povo* dedicou

duas páginas para tratar sobre o assunto, denunciando inclusive, a presença de investigadores da polícia em plenário para acompanhar a sessão dos parlamentares.

A mobilização dos trabalhadores de diferentes categorias pela liberdade do vereador também foi divulgada pelo jornal. No dia 11 de agosto de 1953, o jornal flagrou em sua objetiva uma ampla comitiva de trabalhadores e trabalhadoras, entre os quais: Hilário de Almeida (representante da Comissão contra a Carestia), Elisário Santana (Sindicato dos Operários Navais), Lorena Silva (Associação Feminina Fluminense), Helena Silva (Comissão dos Empregados Marítimos), Graziela Silva (Comissão Contra Aumento das Taxas Escolares) e mais cerca de 200 operários. Neste mesmo dia, o jornal denunciou os “carros de choque, jipes e motocicletas com dezenas de soldados e investigadores armados até os dentes, estiveram ontem à tarde em aparato bélico em frente à redação do *Diário do Povo*”.



Fig. 4: Comitiva de trabalhadores na redação do jornal. *Diário do Povo*, 11/8/1953.

No dia seguinte, com a manchete “A cidade em pé de guerra” o jornal denunciava a repressão policial e os atentados à liberdade de imprensa e opinião por parte da Secretaria de Segurança, dedicando três páginas do periódico para demonstrar a sua indignação, bem como para noticiar o apoio demonstrado por deputados e vereadores em plenário. Em 13 de agosto de 1953, a capa do jornal noticiava outra greve: 7.000 operários navais paralisavam as suas atividades em protesto contra trabalhadores presos e fichados como extremistas e contra a prisão de Afonso Celso.

Nas edições subsequentes, o jornal tratou de se ocupar com o mesmo assunto, até que, em 18 de agosto, o *Diário do Povo* finalmente noticiou em letras garrafais: “Em liberdade o vereador Afonso Celso”. A capa do jornal trazia ainda, os registros fotográficos da visita do vereador à redação do jornal, onde foi agradecer a cobertura

jornalística concedida a todo o episódio da sua prisão. Quase uma semana depois, em 23 de agosto de 1953, a manchete foi outra: “O coronel Agenor Barcelos Feio perderá o título de cidadão honorário de Niterói”. Uma demonstração irrefutável de que muito além da divulgação do “fato em si”, o jornal buscava situar-se como um *ator político* buscando influenciar (e sofrendo interferência) dos processos e acontecimentos¹⁹.

Situado em um momento em que a sociedade brasileira e em especial, a classe trabalhadora está procurando os canais de comunicação disponíveis para a divulgação de suas demandas, o *Diário do Povo* – que se auto intitulava “a voz das camadas populares” - serviu de espaço para anseios dos trabalhadores, procurando através da sua retórica elaborada por vezes a partir de forte *tom populista*, mostrar-se “não só uma voz”, mas um “instrumento efetivo de conquistas sociais”²⁰.

Ao inserirmos a imprensa dentro dos processos sociais²¹, podemos afirmar que ao mesmo tempo em que o jornal faz o seu leitor, ele é “feito” por ele²². A construção da notícia é produto de uma relação dialética entre o espaço produtor, o público leitor e àqueles que tornam possível a circulação desta informação, ou seja, os seus patrocinadores e o próprio Estado. Ela é o resultado de uma correlação de forças que se encontra em permanente negociação e em diferentes graus de disputa, que podem vir à tona com mais ou menos intensidade, de acordo com as condições e necessidades do momento.

Durante a coleta e análise de dados de dez anos do *Diário do Povo*, foi possível identificarmos várias situações em que o seu peso do como *ator político* foi decisivo, principalmente no que diz respeito a episódios de prisões políticas, às atividades políticas e sindicais dos trabalhadores fluminenses e a sua opinião sobre a conjuntura política municipal e estadual.

Durante os anos de 1950, 1957, 1958 e 1959, o jornal manteve colunas exclusivamente voltadas para divulgar notícias sobre as atividades sindicais dos trabalhadores fluminenses, como “Coluna Sindical” (1950) “Resenha Sindical” (1950) e “Plantão Sindical” (1957, 1958 e 1959).

Tabela 2: Número de greves noticiadas pelo jornal por categoria de trabalhadores

¹⁹MOREL Marco. *Palavra, imagem e poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 9.

²⁰SIQUEIRA, Carla. Sensacionalismo e retórica política. *Op. cit.* p. 415.

²¹ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

²² CHARLE, Christopher. La presse: entre histoire sociale, culturelle et politique. In: *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Paris: Le Seuil, 2004 p. 17.

*Tabela elaborada pela autora a partir de dados coletados durante a pesquisa

No que diz respeito às greves, em nosso levantamento quantitativo contabilizamos um total de 173 greves noticiadas pelo jornal entre os anos de 1949 e 1959. Entre as categorias que mais fizeram paredes no estado do Rio, identificamos:

NOTÍCIAS DE GREVES	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Têxteis	18							1			
Marítimos	4		1		14	2	2	24	10	2	13
Metalúrgicos	4		1					1			1
Vidreiros	2		13					17	2	1	1
Motoristas	2				2	1	1	1	2		2
Ferroviários	2			2	1	4					1
Outras categorias	1	8		4	1	5	5	5			
Greves gerais						5					
TOTAL	33	8	15	6	18	17	8	49	14	3	18

têxteis, marítimos, metalúrgicos, vidreiros, motoristas e ferroviários. Classificamos como “outras categorias”, outras greves de trabalhadores que foram noticiadas pelo jornal em menor número, entre as quais: operários de fábricas de fósforos, pescadores, funcionários públicos, padeiros, bancários, donas de casa, entre outras (ver tabela 2). Vale acrescentar que foram contabilizadas tanto notícias de greves propriamente ditas, quanto ameaças de greves que acabaram não se concretizando.

Quanto ao número de greves apresentadas, chama a atenção o grande número de mobilizações têxteis no ano de 1949 e o arrefecimento do movimento paredista desta categoria nos anos subsequentes. Assim como verificado em outras regiões do país, acreditamos que este número decresceu devido as constantes crises no setor têxtil, verificadas, sobretudo, a partir de meados dos anos 1950²³.

Já os trabalhadores da indústria naval observamos que partir de 1953, esta categoria inaugurou um ciclo de greves que foi se alastrando pelos anos 1950. Além das greves motivadas por bandeiras históricas do movimento sindical brasileiro, como as paralisações pelo Abono de Natal e pelas 8 horas de trabalho, as greves dos marítimos

²³ LEAL, Murilo. , Murilo. *A Reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011. p. 53-62.

tiveram um papel destacado nas lutas contra a carestia e a alta do custo de vida. Ao lado de outras categorias como têxteis, padeiros e motoristas, os marítimos também se engajaram em prol de campanhas nacionalistas, como as pela defesa das riquezas nacionais e em favor da reforma agrária, bem como mobilizaram-se em torno de candidaturas operárias para o Legislativo e em favor de campanhas de líderes trabalhistas como João Goulart e Roberto Silveira. O *Diário do Povo* concedeu ampla cobertura a estes acontecimentos, noticiando fartamente além das greves, campanhas, congressos, reuniões, eleições sindicais, eleições de operários a postos no legislativo, entre outros.

Também configurando uma categoria determinante nos rumos políticos do país naquele momento, os motoristas fluminenses mantiveram um fluxo de greves contínuo a partir de 1953. Já os vidreiros, considerados uma categoria com pouca expressão política no cenário nacional nos anos 1950, chamam a atenção pelo quantitativo de greves. Em uma delas, a greve de 1956, os vidreiros ficaram mais de 90 dias parados. O *Diário do Povo* denunciou amplamente a causa dos grevistas o seu “salário de miséria e fome”, as violências policiais sofridas e o abuso patronal constante sofrido pelos trabalhadores.

Até a presente foram infrutíferas todas as propostas de conciliação propostas pela diretoria do Sindicato dos Vidreiros, Delegacia Regional do Trabalho, Ministro do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho para normalizar a situação, pois a diretoria da fábrica São Domingos mostra-se indiferente ao sofrimento dos seus trabalhadores.

É interessante frizar que o pretendido pelos operários daquela fábrica já foram atendidos pelas demais empresas cujos operários também se achavam em greve. Segundo tudo indica, a greve dos operários de indústrias de vidro ainda perdura por mais algum tempo, dada a intransigência da diretoria da Fábrica de Vidros São Domingos não concorrer para ser solucionado a contento o movimento grevista²⁴.

Ao fazermos o levantamento das greves noticiadas pelo *Diário do Povo*, podemos avaliar a importância deste jornal como interlocutor entre os trabalhadores, o governo e lideranças políticas. Posicionando-se sempre em favor dos grevistas – ainda que mantivesse uma postura vigilante quanto a influências de “ideologias estranhas” – o *Diário do Povo*, sempre recebia visitas de comitivas de trabalhadores que buscavam a redação do jornal a fim de dar visibilidade as suas demandas. Trata-se, sem dúvida, de uma fonte de pesquisa imprescindível para estudos relacionados à classe trabalhadora

²⁴ *Diário do Povo*, 29/11/1956. p. 1 e 4.

fluminense, além um *ator político* de peso no cenário político do antigo estado do Rio entre os anos 1940 e 1960.

O ano de de 1954 foi marcado pelo suicídio de Getúlio Vargas e pelo início de uma nova configuração política marcada pela crescente pressão exercida pelas classes populares e notadamente, pelos trabalhadores. Sobre este aspecto, o historiador Alexandre Fortes nos oferece interessante contribuição ao chamar a atenção para a importância do suicídio de Vargas na possibilidade de articulação de diferentes correntes políticas de base operária, mobilizadas sobremaneira pelos ecos da Carta Testamento.

(...) Vargas contribuía assim para criar, depois de morto, um fator de unidade entre as correntes políticas de base operária, algo que jamais fizera em vida. (...) Diante do suicídio, poucos lembrariam da ambiguidade do regime, que desde 1930 criava leis trabalhistas mas raramente garantia o seu cumprimento. (...) A carta-testamento, ao mobilizar as massas getulistas, tornava-se mais fácil a unidade entre comunistas e trabalhistas, com base no nacionalismo comum.²⁵

A herança política deixada pelo ex-ditador e as pressões grupos internacionais que desejavam aumentar a sua influência no Brasil em um momento de acirramento da Guerra Fria, possibilitaram a tessitura de uma aliança entre trabalhistas e comunistas, que buscavam a partir das bandeiras nacionalistas, encontrar formas de articulação. Protagonizando essas relações, estavam aqueles que haviam se tornado um ator central no cenário político brasileiro desde pelo menos os anos 1930²⁶: os trabalhadores. Crescentes numericamente, estes trabalhadores (rurais e urbanos) atravessaram os anos 1950 mobilizando-se em sindicatos e comitês de bairro, onde articulavam e publicizavam as suas demandas.

Demarcando posição neste debate, o *Diário do Povo* apoiou abertamente a candidatura do trabalhista Roberto Silveira²⁷ para governadoria do estado, bem como concedeu ampla divulgação às atividades dos parlamentares que procuravam fazer das reivindicações dos trabalhadores as suas próprias. Encampou bandeiras nacionalistas e

²⁵ FORTES, Alexandre. *Sul em chamas*. Revista Nossa História. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Vera Cruz, ago/2004. a.1. n.10. p.32. O referido autor também possui outros trabalhos acerca do tema. Cf. _____. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Garamond, 2004.

²⁶GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. *Op. cit.*

²⁷ Em 1958, Silveira foi eleito governador com 376.949 dos votos a partir da aliança PTB-UDN-PDC-PSB e com o vigoroso apoio “clandestino” do PCB. Apontado como uma das principais lideranças do trabalhismo brasileiro naquele período, Roberto Silveira teve a sua carreira política e a sua vida interrompida tragicamente em um acidente de helicóptero em 1961.

procurava dar voz às lutas contra a carestia: “O povo condena o aumento”; “Aumento assustador do custo de vida”; “Precária a condição do pão vendido na cidade”; “Continua a carestia a provocar greves”²⁸, esbravejavam indignadas as manchetes do jornal.

Logicamente que a efervescência política do fim dos anos 1940 e que perpassou toda a década de 1950, ditavam o conteúdo da pauta não só do *Diário do Povo*, mas das demais redações. Este período, apesar de marcado pela transição do chamado “jornalismo de opinião” para o “jornalismo empresarial”²⁹, não escapou aos olhos e ouvidos atentos dos editores e redatores dos jornais. Não raro, a tão almejada imparcialidade e objetivismo, acabavam esbarrando em fidelizações partidárias que facilmente se sobrepunham a qualquer paradigma de modernidade jornalística. Temas como conjuntura política, contendas eleitorais, movimento operário sindical, projetos econômicos para o país, acabavam noticiados a partir de “titulações trepidantes” e “editoriais incendiários”³⁰, ao mesmo tempo em que o sensacionalismo era tom escolhido para divulgar as tragédias cotidianas.

Optando por manter, à moda francesa, “(...) o excesso de títulos, ausência de lógica na hierarquia do material, etc.”³¹, o *Diário do Povo* caracterizava-se, acima de tudo, por fazer um *jornalismo de opinião*³². E se esta opção pó si só, confere-lhe certa alteridade, a prioridade dada pelo jornal aos assuntos relacionados à política e a vida sindical dos trabalhadores fluminenses, nos permite ter acesso ao cotidiano político do estado e em especial, da cidade de Niterói no período de existência do jornal.

Através da leitura do *Diário do Povo*, podemos perceber, por exemplo, como o suicídio de Getúlio Vargas impactou sobremaneira a política fluminense. Foi a partir deste acontecimento, que a relação entre PSD e PTB que já vinha estremecida no estado

²⁸ *Diário do Povo*, 17/7/1953; 19/12/1954; 23/10/1956; 9/10/1957.

²⁹ Refiro-me aqui à influência norte-americana que primava pelo objetivismo e a imparcialidade, em substituição ao vocabulário adjetivado com ares de folhetim tipicamente francês. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. NEVES, Lucia P., Marco Morel, Tânia Ferreira (org.). In: História e Imprensa. *Op. cit.* p. 426-435.

³⁰ ROUCHOU, Joëlle. “Samuel Wainer: memórias entre jornalismo e política”. NEVES, Lucia P., Marco Morel, Tânia Ferreira (org.). In: História e Imprensa. *Op. cit.* p. 351-352

³¹ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política. a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: n° 31, 2003. p. 151.

³² Sobre o conceito de *jornalismo de opinião*, baseio-me aqui nas reflexões presentes em: ABREU, Alzira Alves. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. ABREU, Alzira Alves (org.) *A imprensa em transição*. *Op. cit.* p. 13-60; ABREU, Alzira Alves. As mudanças na imprensa brasileira (1950-1970). In: LUSTOSA, Isabel (org.) *Imprensa, História e Literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p.467-480; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política. *Op. cit.* p. 147-160; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. *Op. cit.*

do Rio, vai sendo gradativamente rompida. Antiamaralista até o último fio de sua cabeleira grisalha, José de Mattos soube explorar muito bem o ocorrido criticando veementemente o segundo governo de Ernani do Amaral Peixoto (1951-1955)³³ e explorando as desavenças entre trabalhistas e pessedistas, posicionando-se em favor dos primeiros. Afinal de contas, não sendo mais Edmundo de Macedo Soares e Eurico Dutra – ambos próceres do PSD – apontados como candidatos, o *Diário do Povo* passou a conceder mais espaço para lideranças trabalhistas e comunistas (dirigentes sindicais, líderes de movimentos sociais e parlamentares abrigados em outras legendas partidárias). Isso é visível não só a partir do aumento do número de reportagens, colunas e matérias de capa, mas pela defesa cada vez mais aberta as causas operárias e trabalhistas assumidas pelo jornal a partir da segunda metade dos anos 1950.

Porém, mesmo antes deste período, o periódico já se mobilizava em favor de campanhas importantes do movimento sindical, tais como a garantia do direito de eleições sindicais livres e pelo direito de greve. Sobre este primeiro aspecto, o jornal tomou posição ao lado de lideranças sindicais reconhecidamente vinculadas ao PCB quando os líderes “pelegos”, que assumiram os sindicatos após intervenção, insistiam em não deixar os seus cargos e convocar eleições. Reportagens que exibiam o título “Eleições sindicais: pleitos livres e honestos e, obediência aos superiores ditames da lei”; “Os sindicatos vão sair da tutela do Ministério do Trabalho”; “Dilapidando o patrimônio do sindicato”; “Acéfalo o sindicato”; “Iniciada a derrubada dos parasitas do sindicalismo nacional”; “Contra os pelegos”³⁴, entre outras, demonstram como o *Diário do Povo* assumiu para si a campanha pelas liberdades sindicais.

O tema da liberdade sindical também teve destaque no jornal por ocasião da realização do I e II Congresso dos Trabalhadores, realizados nos anos de 1957 e 1959, respectivamente. Durante quase todo o mês de junho destes anos, o *Diário do Povo* divulgou as principais discussões do congresso, acompanhadas de fotografias das delegações e as suas resoluções finais. Além da liberdade sindical, o direito de greve e a carestia foram temas destacados no Congresso no ano de 1957; já no ano de 1959, o direito de greve foi reafirmado, mas para além das pautas sindicais, as teses

³³ Ernani do Amaral Peixoto foi interventor do estado do Rio entre 1937 e 1945 e foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro em 1950. Em 1939, enquanto estava à frente da interventoria fluminense, Amaral Peixoto casou-se com Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas. Para mais, ver: MOREIRA, Regina Luz. *Tempos de Amaral*. Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 2005.

³⁴ *Diário do Povo*, 11/6/1950; 14/6/1950; 26/4/1952; 6/5/1952; 7/7/1953; 28/8/1953

nacionalistas em defesa das riquezas naturais e das reformas de base, ganharam particular vulto.

Ao tomar a classe trabalhadora como interlocutora privilegiada nas páginas do seu periódico, Mattos também acabava concedendo “voz” a determinadas lideranças políticas – muitas delas, suas correligionárias. Por vezes, as *relações de reciprocidade* que ligavam o jornalista aos seus “beneméritos” ou simplesmente, as suas convicções políticas, acabavam impondo certos limites à participação do povo na luta pelo exercício da sua cidadania. Sobre este aspecto, é interessante observar que ao mesmo tempo em que o jornal concedia voz à lideranças reconhecidamente vinculadas ao PCB, o jornal sempre buscava alertar os seus leitores sobre o “perigo do extremismo comunista”, principalmente por ocasião das greves.

Por outro lado, a visível permeabilidade das pressões dos trabalhadores no jornal, motivado pelo papel de centralidade que os trabalhadores passaram a desempenhar no cenário político nacional em geral e no estado do Rio em particular, somada às diferentes opiniões dos seus colaboradores sobre os mais variados temas da pauta política, fizeram do *Diário do Povo* uma importante arena para assuntos que norteavam a cena política fluminense, ao mesmo tempo em que lhe conferiam forte peculiaridade frente aos principais periódicos niteroienses daquele período.

Considerações Finais

Angariando a fama de ter sido uma verdadeira escola de jornalismo, o *Diário do Povo* representa hoje um dos poucos exemplares da imprensa fluminense que nos permite ter acesso à vida cotidiana do estado e em especial, da capital fluminense nos anos 1940 e 1950. Por ele e pelo *Diário da Manhã*, passaram nomes como o do ex-governador petebista Roberto Silveira, dos jornalistas Luís Antônio Pimentel e Rogério Coelho Neto e do cineasta Walter Lima Junior.

Mantendo especial interlocução com aqueles que haviam se tornado um ator central no cenário político brasileiro desde pelo menos os anos 1930³⁵, ou seja, os trabalhadores, o periódico de Mattos concedia ampla cobertura aos assuntos relacionados à vida cotidiana e ao lazer dos operários. Muitas vezes, ao lançar mão do vocabulário político disponível na época, o *tom populista* prevalecia. Porém, mais do

³⁵GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. *Op. cit.*

que servir de simples “instrumento” para a “manipulação” de um determinado líder sobre “as classes populares” – tal qual poderia ser tomado o termo *populismo* dentro de um quadro de referências mais tradicional – acreditamos que este se tratava de um “idioma político” resultante do contexto de redemocratização pós-Estado Novo e, sobretudo, “(...) da incorporação política das classes populares”³⁶ no debate público.

Jornalista por paixão e teimosia, Mattos nem ao menos possuía o curso primário completo. A ausência de uma educação formal, no entanto, não lhe desencorajou o hábito de escrever e nem tampouco, de discutir política nos mais variados círculos partidários e sindicais da cidade. E foi graças a esta “formação” adquirida na barbearia, nos bares, nos clubes, os sindicatos, nos comitês partidários e na praça pública, que Mattos angariou certa credibilidade à atividade sua jornalística, bem como conferiu identidade própria ao seu jornal.

Em 1965, José de Mattos foi condenado a dois anos de prisão por injuriar um magistrado. Mais uma vez, o seu jornal sofreu interdição e toda a sua maquinaria foi removida para um depósito público. Endividado, o jornalista passou o fim da vida miserável, vendendo águas milagrosas da Virgem Maria. Sem amigos importantes por perto e nem tampouco inimigos para difamar caso merecessem, José de Mattos faleceu melancolicamente em 1973, na cidade onde nasceu. Em sua memória, algumas (pequenas) notas foram publicadas nos jornais.

REFERÊNCIAS CITADAS

Fontes.

1.1 Acervos documentais.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Setor: POL. POL.
CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil).
Arquivo EAP

³⁶ GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. Op. cit. p. 36

1.2 Impressas.

Jornais e Revistas.

Biblioteca Nacional (BN) / Seção de Periódicos

Diário do Povo. 29/01/1949; 22/7/1953; 28/2/1952; 8/8/1953; 9/8/1953; 11/8/1953; 13/8/1953; 17/7/1953; 23/8/1953; 1/6/1954; 29/11/1956; 19/12/1954; 23/10/1956; 9/10/1957.

IBGE.

Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 4, 1951

Anuário Geográfico do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 9, 1956.

Censo Demográfico de 1950. Rio de Janeiro, 1951.

Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves (org.) *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. As mudanças na imprensa brasileira (1950-1970). In: LUSTOSA, Isabel (org.) *Imprensa, História e Literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- _____. Acontecimento e Mídia. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e Marco Morel (org.). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e Marco Morel (org.) *Anais do Colóquio História e Imprensa*. Rio de Janeiro: UERJ/ IFCH, 1998.
- ALMEIDA, Ana Paula Campos de. *Luís Antônio Pimentel: a vida cultural da Niterói dos anos 1930*. Niterói: Eduff, 2008.
- CHARLE, Christopher. La presse: entre histoire sociale, culturelle et politique. In: *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Paris: Le Seuil, 2004
- FORTES, Alexandre. *Sul em chamas*. Revista Nossa História. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Vera Cruz, ago/2004. a.1. n.10. p.32. O referido autor também possui outros trabalhos acerca do tema. Cf. _____. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Garamond, 2004.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- MOREIRA, Regina Luz. *Tempos de Amaral*. Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 2005.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____. *Palavra, imagem e poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MATTOS, Carlos Alberto. *Walter Lima Junior: Viver Cinema*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: nº 31, 2003
- _____. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos

anos 1950-1970. In: NEVES, Lucia P., Marco Morel, Tânia Ferreira (org.) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

• ROUCHOU, Joëlle. Samuel Wainer: memórias entre jornalismo e política. In: NEVES, Lucia P., Marco Morel, Tânia Ferreira (org.) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

• SIQUEIRA, Carla. Sensacionalismo e retórica política em *Última Hora, O Dia e Luta Democrática*. In: NEVES, Lucia P., Marco Morel, Tânia Ferreira (org.) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

• SOARES, Emmanuel de Macedo. *As ruas contam os seus nomes. Vol. I*. Niterói: Niterói Livros, 1993.

• TINOCO, Brígido. *O Boi e o Padre*. Memórias. Brasília: Gráfica do Senado, 1990.

• WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Zahar, RJ, 1979.